

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEg) publicou, no dia 1 de março de 2021, o Aviso n.º 3711/2021 onde informa que a empresa Beralt, Tin and Wolfram (Portugal), do grupo canadiano Almonty, requereu a celebração de contrato administrativo para atribuição direta de concessão de exploração de depósitos minerais de ouro, prata e outros minerais, na serra de Banjas, nos concelhos de Gondomar, Paredes e Penafiel. A área requerida ocupa 1185,475 hectares.

Apesar de não ser conhecida a magnitude dos impactes ambientais que a exploração pode provocar, já que o procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental ainda não foi iniciado, as populações temem pelo passivo ambiental da exploração mineira. Sabe-se, no entanto, que a extração do tipo de depósitos minerais requeridos pela empresa poderá implicar a produção de lixiviados perigosos para o ambiente.

O receio dos danos provocados pela mineração é particularmente significativo nas freguesias de Sobreira (Paredes) e Melres (Gondomar). Segundo órgãos de comunicação social, é em Sobreira que a empresa pretende instalar o maior estaleiro, com 42 hectares. Em Melres, teme-se que a exploração afete o património natural do Parque das Serras do Porto – uma Paisagem Protegida Regional, criada em 2017, especialmente relevante para a freguesia. A área classificada está ainda inserida na Área Metropolitana do Porto, promovendo a qualidade de vida dos seus 1,7 milhões de habitantes.

O Bloco de Esquerda defende que as populações da área abrangida pelo projeto mineiro devem ser ouvidas atempadamente, devendo o Governo colocar ao dispor dos habitantes instrumentos de participação pública transparentes e inclusivos, a par de toda a informação relevante para a adequada avaliação de todos impactes expectáveis. A população deve ter toda a informação ao seu dispor para avaliar se o extrativismo mineiro é ou não compatível com a sua qualidade de vida e com a preservação do património natural da Paisagem Protegida Regional do Parque das Serras do Porto.

Importa preservar não só o património natural, mas também o património histórico e

arqueológico. O Complexo Mineiro das Banjas funcionou desde finais do século XIX até meados do século XX explorando diversos minérios, entre eles o ouro, a prata, o chumbo e o antimónio. A exploração de ouro terá sido desenvolvida pelo menos desde a época romana e no local existem ainda muitas galerias, entradas, poços e estruturas de apoio que se foram degradando ao longo dos anos, sem que exista uma preocupação de preservação arqueológica e de interpretação do património, à semelhança do que ocorre noutros territórios com património semelhante.

A importância histórica, civilizacional e arqueológica dos complexos mineiros deste território é identificada pelo Relatório de Estudos Prévios de fevereiro de 2018 sobre as Serras do Porto. No documento faz-se notar o pouco investimento no conhecimento e na conservação do património. Esta é mais uma razão para que este pedido de exploração para mais de 1000 hectares não veja acolhimento por parte do Estado Central e da DGEG neste lugar de inegável interesse ambiental, cultural, histórico, arqueológico e patrimonial que se mantém escondido nas Serras do Porto e que deve, outrossim, ser preservado, garantindo-se a recuperação da flora autóctone e a remoção do eucalipto intensivo e infestante.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através Ministro do Ambiente e da Ação Climática, as seguintes perguntas:

1. Colocou o Governo ao dispor da população instrumentos de participação pública, transparentes e inclusivos, sobre a exploração mineira projetada para a serra de Banjas?
 - 1.1 Em caso afirmativo, quais são esses instrumentos?
2. Quais são os impactes expectáveis do projeto de exploração mineira nos 1185,475 hectares requeridos pela empresa Beralt, Tin and Wolfram (Portugal)?
3. Pode o Governo especificar quais são os minerais associados aos elencados no Aviso n.º 3711/2021, de 1 de março?
 - 3.1 O lítio faz parte dos depósitos minerais a explorar pela empresa?
4. O Governo confirma a intenção da empresa em instalar o maior estaleiro da exploração mineira na freguesia de Sobreira, em Paredes?
5. Considera o Governo que a exploração mineira é compatível com a preservação do património natural da Paisagem Protegida Regional do Parque das Serras do Porto?
6. Existem direitos de prospeção e pesquisa, ou de exploração, atribuídos no território das Serras do Porto?
 - 6.1 Se sim, a que empresas?

Palácio de São Bento, 24 de março de 2021

Deputado(a)s

MARIA MANUEL ROLA(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

LUÍS MONTEIRO(BE)